

TERÇA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1999

POLÍTICA

O ESTADO DE S. PAULO - A9

GOVERNO ESTADUAL

Luta por indenização cria impasse para prefeito

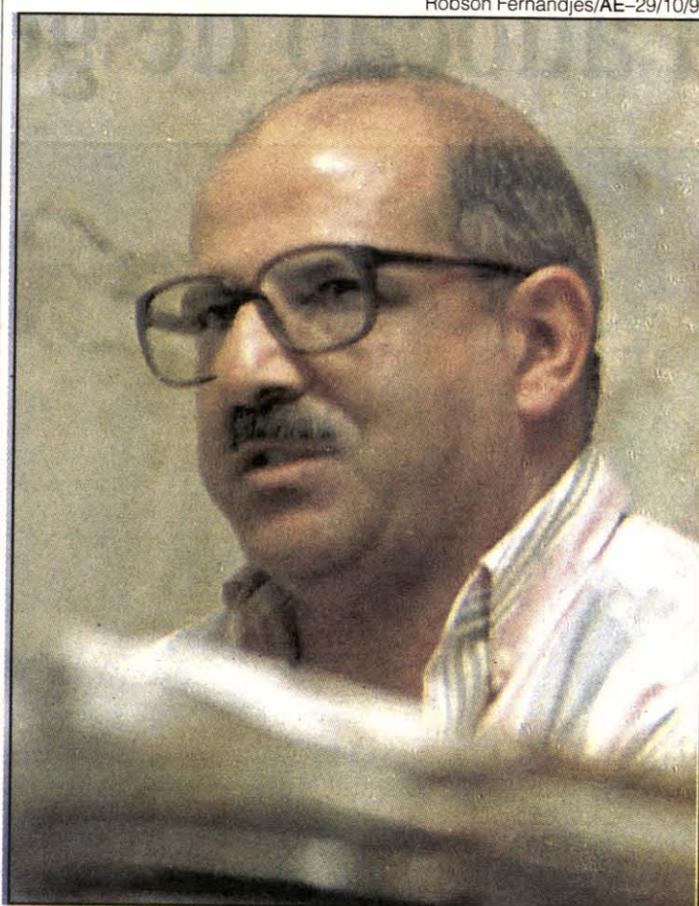
Tucano como Covas, Silva tenta evitar conflito, mas quer R\$ 200 milhões por área de Caraguatatuba

SILVIO BRESSAN

Uma polêmica indenização de R\$ 200 milhões por 3.097 hectares, na Serra do Mar, que seria devida pelo Estado ao município, está tirando o sono do prefeito de Caraguatatuba, Antônio Carlos da Silva (PSDB). Tucano de carteirinha, ele já não sabe mais o que fazer. Embora o procurador e o advogado do município tenham certeza de que o Estado perderá a ação, o prefeito não quer criar problemas para o governador e correligionário Mário Covas.

Ao mesmo tempo, ele também não admite abrir mão do dinheiro nem ter seu caso incluído na lista da indústria das indenizações. "Sou Covas e aceito fazer qualquer acordo", afirma o prefeito. "Mas não é justo comparar essa ação com outros escândalos de indenização ambiental." A área teria sido doada, em 1957, pelo município ao Estado para ser incorporada ao Parque Estadual da Serra do Mar. O ato de doação, porém, nunca foi efetivado. Após descobrir essa brecha, um perito sugeriu à prefeitura a ação de indenização contra o governo.

Na avaliação, o perito sugeriu indenização de US\$ 13,5 milhões, mas relatório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente diz que a área não valia mais do que US\$ 584 mil, 23 vezes menos. Apesar dessa diferença, o Estado acabou perdendo em todas as instâncias e foi condenado a pagar R\$ 57,7 milhões. Com a atualização de juros e correção mone-



Lasmar: "Descobri que essa briga de terra era o melhor negócio"

**SOTELO
NEGA
QUEBRA DE
ACORDO**

tária, o valor deve ultrapassar os R\$ 200 milhões. O prefeito, entretanto, não admite que se fale em indústria das indenizações nesse caso. Para ele, a prefeitura de Caraguatatuba defende o dinheiro público da mesma forma que o Estado.

"Somos um município pobre, com muitas dificuldades, que necessita desse dinheiro para beneficiar a população", argumenta Silva. "O Estado não pode denegrir assim a nossa imagem." Na tentativa de resolver a situação, o prefeito já esteve conversando com assessores

e secretários de Covas, mas até agora não houve solução.

"O prefeito tem boa vontade, mas está numa situação muito difícil", conta um assessor do Palácio dos Bandeirantes. "Ele não quer comprar uma briga com o governador, mas também não pode abrir mão da indenização, porque estaria sujeito à ação do Ministério Público por defender mal o interesse do município", resume.

Boa vontade - Para Silva, porém, falta mesmo boa vontade do governo. "Se eles quiserem um acordo, posso mandar um projeto à Câmara propondo a redução do valor", sugere. "Só não posso concordar com o não pagamento." Ele também criti-

Idéia de município processar Estado partiu de perito

Foi José Lasmar Filho que em 1984 convenceu prefeitura a recorrer à Justiça

O engenheiro agrônomo José Lasmar Filho é a principal personagem do processo que a prefeitura de Caraguatatuba move contra o Estado. Foi Lasmar, em 1984, que sugeriu ao município entrar na Justiça contra a Fazenda pela área incorporada ao Parque da Serra do Mar. Pelo seu trabalho na perícia, Lasmar pediu uma comissão de 30% do valor da causa. Quanto mais alta a avaliação, maior seria sua remuneração.

"Achei que era uma ação impossível, mas topei porque não tinha nada a perder", contou o ex-prefeito Jair Nunes de Souza ao Estado, em novembro de 1997. Na mesma reportagem, Lasmar não negou a origem do seu rico patrimônio (46 imóveis em Guaratinguetá). Ele é muito conhecido pela Procura-

doria-Geral do Estado e pelo Ministério Público, porque aparece como perito em vários processos de indenização ambiental. "Descobri que essa briga de terra era o melhor negócio, que lá estava o dinheiro", declarou.

Além de admitir o enriquecimento às custas dessas indenizações, Lasmar ainda deu uma pista sobre algumas controvérsias na documentação de várias perícias. "Gasto muito nos processos porque, se não der um dinheirinho por fora em cartórios, a coisa não anda", revelou.

Essas declarações ajudaram o desembargador Ribeiro Machado, do Tribunal de Justiça, a mudar seu voto no fim de junho, o que pode reverter o julgamento. O prefeito de Caraguatatuba, Antônio Carlos da Silva, porém, diz que a participação do perito acabou sendo

menor. "Depois de reduzir sua comissão para 15%, renegociei para 3%, e mesmo assim não paguei nada até agora", diz.

Contestação - Da mesma forma, o advogado da prefeitura no caso, Rui Camargo Viana, sustenta que não se pode levar em conta a atuação do perito. "Ele foi apenas assistente da prefeitura e seu trabalho não teve influência no processo, porque foi rejeitado pelo juízo", explica Viana.

Não é o entendimento da procuradoria. "É lógico que o trabalho do Lasmar teve influência no processo", rebate o procurador Pedro Ubiratan de Azevedo. "O laudo do Lasmar foi contestado, mas a perícia é sempre conjunta e a superavaliação que ele fez jogou o valor para cima", argumenta. (S. B.)

**COMISSÃO
É DE 30%
SOBRE VALOR
DA CAUSA**

gamento, o Estado perdeu por 7 votos a 1 no Tribunal de Justiça, mas recorreu ao próprio TJ, conseguindo novo julgamento e a suspensão do pagamento das parcelas do precatório até a apreciação final do recurso.

No atual julgamento, quatro desembargadores haviam votado (3 contra e 1 a favor do Estado). Mas no fim de junho o desembargador Ribeiro Machado mudou seu voto. Com isso, Sotelo acha que as chances aumentaram e tem desaconselhado Covas a fazer qualquer acordo.

Não é o que acham o procurador do município, Sidnei de Oliveira Andrade, e o advogado da prefeitura no caso, o desembargador aposentado Rui Camargo Viana. "Não houve doa-

ção, porque ela nunca foi consumada e já temos até pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre isso", lembra Andrade. "O voto do desembargador Ribeiro Machado é juridicamente muito fraco e não deverá mudar a opinião dos outros que votaram com o município."

Pá de cal - Para Camargo Viana, o caso já é "matéria sepultada" que a procuradoria está tentando revolver. "O Supremo já colocou uma pá de cal no assunto, negando seguimento ao derradeiro recurso da Fazenda do Estado", anota. "A procrastinação só vai onerar ainda mais a Fazenda, campeã de inadimplência e decisões judiciais em matéria de precatórios."